



## **ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: A CULTURA INDÍGENA COMO PRÁTICA ESCOLAR**

**Autor: José Alberto da Silva**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; E-mail: josebetojs@hotmail.com*

**Co-autor: Israela Míriam de Melo**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; E-mail: israelamiriam@hotmail.com*

**Orientadora: Karlla Christine Araújo Souza**

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; E-mail: Karlla\_chris@yahoo.com.br*

O artigo tem como objetivo trazer discussões a partir de abordagens da antropologia e educação, sobre as práticas escolares da educação indígena na comunidade Catu, localizada no Município de Canguaretama-RN. Nesta região, se encontra a única escola indígena do Estado do Rio Grande do Norte, que conserva suas tradições culturais presentes no espaço da Escola Municipal João Lino, e mantém viva sua cultura ancestral. A escola desta comunidade se mostra como instrumento que subsidia saberes específicos e próprios desenvolvidos em seu cotidiano. As descrições realizadas através das observações na comunidade do Catu, são frutos de experiências que alicerçam os escritos desse artigo. Dentre algumas das observações que aqui são descritas, expõem os modos de vida desse povo, concatenando a importância de suas técnicas ancestrais e suas tradições com a educação. Buscou-se, a partir do diálogo entre os campos da antropologia e da educação, o embasamento teórico deste artigo, buscando relacionar com as observações realizadas à na comunidade. É importante notar que a antropologia e a educação têm em comum conhecer os modos de vida, os valores, e as formas de socialização, buscando um ponto de vista em relação aos significados do outro. As discussões aqui trabalhadas, vão desde o acolhimento do contexto cultural como processo de aprendizagem até os espaços do sistema escolar, possibilitando um melhor desenvolvimento das práticas educativas. Diante disso, o presente artigo enfatiza um estudo realizado na comunidade Catu, em que busca trazer discussões sobre a cultura indígena como prática escolar a partir das abordagens antropológicas no âmbito educativo.

Palavras-chave: Antropologia, Cultura, Educação, Escola.

### **INTRODUÇÃO**

A temática sobre cultura indígena como prática escolar tratada nesse artigo, tem como objetivo trazer discussões a partir de abordagens antropológicas e educacionais sobre as práticas escolares da educação indígena na comunidade Catu, localizada no Município de Canguaretama-RN. A escola desta comunidade, apresenta-se como instrumento que subsidia saberes específicos e próprios desenvolvidos em seu cotidiano. O trabalho está relacionado à antropologia e à educação, na observação dos processos de práticas cotidianas presentes na comunidade Catu. Dentre algumas das observações que aqui são descritas, expõem a maneira peculiar da estreita relação entre antropologia

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

**www.sinafro2018.com.br**



e educação, enfatizando a importância na comunidade, que liga suas técnicas ancestrais na manutenção de suas tradições presentes no ambiente escolar.

O presente artigo está propriamente estruturado em duas partes, na primeira aborda o contexto da antropologia e a educação em constante perspectiva de diálogo, para o desenvolvimento da educação escolar indígena, a segunda, remete à descrição das práticas culturais cotidianas para a educação escolar indígena na comunidade Catu. A metodologia utilizada ocorreu através da observação participativa, de caráter exploratório e análise dos dados numa perspectiva qualitativa. Dentro destas abordagens buscamos inicialmente uma documentação referencial, através dos conteúdos a serem tratados como bases teóricas no estudo. Escolhemos a comunidade Catu, dada sua importância na pesquisa de campo, tendo em vista suas práticas e seu cotidiano, o que favorece as análises empíricas sobre o assunto em estudo, dentro de abordagens antropológicas e educacionais.

O desenvolvimento das atividades em ambiente escolar na comunidade indígena, com suas características traz a vantagem de possibilita a percepção se os fenômenos e processos educacionais estão presentes na comunidade como um todo, possibilitando explorar aspectos relacionados com os impactos provocados pela ação cultural no ambiente escolar e vice-versa. A instituição educacional escolar tem forte presença na comunidade por atender os padrões de educação vigentes relação aos programas educacionais do poder público, mas suas práticas culturais presentes, estão intimamente ligadas no campo da cultura, o que nos condiciona à realização deste estudo.

Sabendo-se que o estudo da cultura é competência da antropologia e que no meio educacional há existência de um campo onde se encontra uma maior diversidade cultural, compreendemos que a educação é um dos focos importantes da antropologia aqui destacado, no sentido de que esta se preocupa com questões ligadas à diversidade cultural e como elas estão sendo trabalhadas pelos educadores. A proposta desse estudo conduz aos pesquisadores a verem no âmbito da antropologia e da educação como se estabelece essa relação da cultura indígena como prática escolar. Portanto, a cultura vista nela mesma, no interior de um grupo e a ela referida, o contexto em si mesmo tornam-se expressão maior dessa perspectiva de análise, desse fazer científico.

## ANTROPOLOGIA E A EDUCAÇÃO

A antropologia tem dado uma enorme contribuição ao debate educacional ao trazer uma visão alargada de educação através de teorias que proporcionam discussões a respeito das tradições culturais como práticas educativas que também podem ser compreendidas nesse contexto. É importante destacar que essas discussões e reflexões da antropologia e educação, têm em sua amplitude, uma das garantias de construção de uma escola realmente diferenciada, embora tenha recebido pouca atenção na produção reflexiva sobre as experiências escolares indígenas. É importante

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

[www.sinafro2018.com.br](http://www.sinafro2018.com.br)



notarmos, que é garantido por lei, o objetivo de assegurar o direito da diferença étnico-cultural das comunidades indígenas em todo país.

Antropologia e educação tem estabelecido um importante diálogo. Em suas origens, a antropologia e o fazer antropológico como ciência, sempre se defrontou com o diverso, com o desconhecido, o que implicou fazer perguntas, cujas respostas permitiram a constituição de um saber legítimo e reconhecido como ciência. A experiência de contato entre povos diferentes e culturas diversas coloca em questão um espaço de encontro, de confronto e de conflito, marcado pelo diverso, pelo diferente. Esta tensão é essencial à constituição e ao desenvolvimento da antropologia como ciência e educação como prática.

Nesse movimento de compreensão reside a natureza do diálogo entre antropologia e educação, já que ambas são devedoras científicas do processo de imposição de si ao outro, posto pelo desenvolvimento do mundo colonial e do colonialismo ocidental, cuja meta visava suprimir toda e qualquer alteridade, em nome de um modelo de vida cultural e pedagógico de tipo etnocêntrico, autocentrado e homogeneizador. Portanto, o diálogo revela como ponto comum a cultura, entendida como instrumento necessário para o homem viver a vida, distinguir os mundos da natureza e da cultura e, ainda, como lugar a partir do qual o homem constrói um saber que envolve processos de socialização e aprendizagem.

Para o educador Paulo Freire, esta relação entre ambas deve ter como base o diálogo, aquele em que o homem desenvolve o sentido de sua participação na vida comum:

“A dialogação implica na responsabilidade social e política do homem. Implica num mínimo de consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pelo grande domínio” (FREIRE, 1983, p. 77).

A educação realiza-se, então, no interior da sociedade, composta por diferentes grupos e culturas, visando um certo controle sobre a existência social, de modo a assegurar sua reprodução por formas sociais coletivamente transmitidas. Essa própria educação e as suas instâncias e regularidades institucionais de trabalho pedagógico, a começar pela escola, ocupam todo um lugar privilegiado reservado aos objetivos de estudos. Uma margem muito pequena de tolerância era deixada aberta para a vida cotidiana na escola indígena, assim como para a realidade existencial e não apenas pedagógica na escola, e para suas interações. Uma abertura menor ainda era dada ao acontecimento imprevisível das culturas, contra e através da escola, e para as maneiras como as próprias escolas são momentos peculiares de culturas em ação, que tanto configuram a ordem dos relacionamentos em cada um dos campos de interações humanas, quanto criam atores culturais submetidos aos seus sistemas de valores, de preceitos, de normas e de regras diretas do agir humano.



Uma das dificuldades está em desvelar o que seriam esses processos de ensino e aprendizagem, e se estende ao problema de como eles são instalados e incorporados às experiências escolares frente à diversidade sociocultural indígena. Assegurando-se, entre outras especificidades, que a escola indígena tenha autonomia para formular seu projeto pedagógico e nele garantir o respeito a seus modos próprios de constituição e transmissão do saber. As práticas educacionais têm partido de valores muitas vezes etnocêntricos para discutir questões ligadas às heterogeneidades presente no cotidiano da educação, portanto se faz necessário que os educadores tenham uma postura relativista não julgando a cultura do “outro” a partir dos seus próprios valores.

É perceptível nos achamos no direito de julgar e nos pronunciarmos sobre os hábitos de outros povos. Entretanto, entender a cultura dentro do processo histórico é essencial, mas que não tenhamos em vista uma única história como verdadeira: Não é compreender só a cultura de outros, nem só a cultura de que eu faço parte, mas é sobretudo compreender a relação entre essas duas culturas. O problema é de relação: A verdade não está nem na cultura de lá e nem na minha, a verdade do ponto de vista da minha compreensão dela, está na relação entre as duas (FREIRE, 1983).

De acordo com os estudos da antropologia, entende-se como uma ciência que estuda a natureza do homem e sua cultura e busca explicar como se dão as relações humanas na sociedade, abrangendo todas as dimensões e levando em consideração os fatores biológicos e sociais. No campo educacional, a discussão sobre esse tema se torna cada vez mais importante, devido à grande diversidade cultural que podemos encontrar na educação propriamente dita. Sendo que cada vez mais a antropologia é questionada a se posicionar ante a problemática educacional.

Antropologia e educação constitui-se um campo de confrontação em que a compartimentação do saber atribui à antropologia a condição de ciência e a educação, a condição de prática. A importância em falar da relação entre antropologia e educação está também, como no fato das duas se completarem, abrindo um espaço para um debate e diálogo que vai desde o acolhimento do contexto cultural da aprendizagem até os sucessos e insucessos do sistema escolar, possibilitando um melhor desenvolvimento das práticas educativas. Tal interface, em termos de debate teórico, busca superar a dicotomia em que tem se instaurado historicamente, que situa a educação como prática e a antropologia como ciência.

A preservação da cultura indígena, abre as discussões a respeito dessas práticas cotidianas. Em seus estudos, a antropóloga Clarice Cohn relata que muitas são as experiências recentes de implantação e consolidação de escolas em comunidade indígenas, que se cumpram as exigências constitucionais do respeito à diferença e das manifestações culturais dos povos indígenas, entre as discussões sobre o currículo, a temporalidade própria da escola indígena, a formação de professores



indígenas, o bilinguismo e o diálogo dos conhecimentos indígenas. Como menciona a antropóloga: devemos discutir mais a fundo um dos requisitos que aparece em diversos textos legais e é uma das garantias de construção de uma escola realmente diferenciada, mas que tem recebido pouca atenção na produção reflexiva sobre as experiências escolares indígenas. Trata-se da garantia de que essa escola respeite os “processos próprios de ensino e aprendizagem” das populações indígenas que atende (COHN, 2004).

Como também menciona o educador Carlos Brandão, desde o horizonte da antropologia, toda a educação é cultura. Toda a teoria da educação é uma dimensão parcelar de alguns sistemas motivados de representações e de significados de uma dada cultura, ou do lugar social de um entrecruzamento de culturas. Assim também, qualquer estrutura intencional e agenciada de educação constitui uma entre outras modalidades de articulação de processos de realização de uma cultura, seja ela a de nossos indígenas. Estas construções históricas e cotidianas da cultura são: saberes, representações, identidades, valores, línguas e de relacionamentos entre as diferentes categorias de atores culturais. São também as várias espécies duradouras ou transitórias de metodologias de ações motivadas, assim como são as práticas instrumentais de algum trabalho destinado a lograr determinados objetivos.

Para a antropologia todo o acontecimento da educação existe como um momento motivado da cultura. Mas toda a cultura humana é um fruto direto do trabalho da educação. As dimensões que envolvem o tema cultural principalmente das identidades étnicas são latentes e consta para os procedimentos de compreensão histórica da identidade na comunidade indígena. Para isso, baseiam-se na reinterpretação do seu passado e memórias, cujas metas, são a preservação cultural, de seus territórios étnicos e a viabilização de suas condições de reprodução social e cultural diferenciada.

Giddens argumenta que:

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contém e perpetua a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sócias recorrentes. (1990, p. 38).

Para a comunidade Catu sua relação com a tradição pressupõe persistência, se é tradicional, uma prática tem uma integridade e continuidade. Neste sentido, para a comunidade Catu, constituem-se em aspectos de sobrevivência a desencadear formas para interagir e reagir em defesa de sua tradição. Nas comunidades indígenas a tradição é caracterizada pelas evidências e persistências na perpetuação de suas tradições, que permanece ser uma das principais propulsoras da transmissão entre o passado e o presente em todo seu processo sócio-histórico, na transmissão dos saberes acumulados

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

[www.sinafro2018.com.br](http://www.sinafro2018.com.br)

pelas gerações passadas às novas gerações. Sua atualização no presente envolve práticas rituais, ou seja, processos de repetição. Além disso, a tradição é sempre, em algum sentido, enraizada nos contextos da origem ou dos locais centrais, onde aqui nos remete o território indígena. Essa observação demonstrada em trabalho realizado, que foi fruto de aula de campo na comunidade Catu, chamou a atenção seus modos:

São muitas as coisas que se aprende individualmente e coletivamente na comunidade Catu, em ocasiões, encontros e rituais especiais. Uma delas é aquela possibilitada pela vida cotidiana, a segunda, aquela que envolve uma relação de aprendizado entre duas pessoas e que tem início em um pedido, uma terceira, as reuniões que precedem a realização de um ritual, e que se configuram como uma espécie de ensaio do que será falado, cantado e dançado (SILVA, 2017, p. 30).

Em algumas de suas descrições, têm ficado claro que o aprendizado através de seus rituais é pensado pelos Catu como algo que deve ter lugar em todos os momentos da vida. Aprender significa também vir um dia a ensinar a alguém. Eles enfatizam muito essa ligação, de aprender para um dia passar adiante, ensinar as crianças como modo de sua preservação cultural, especialmente, como uma forma de propagar sua identidade.

#### A CULTURA COMO PRÁTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Educação escolar entre as populações indígenas no Brasil é um processo que teve início com a história da colonização europeia, no entanto, o debate crítico sobre ela é muito atual. O momento é de transformação da educação escolar, historicamente destina-se à civilização e integração das populações indígenas, em um lugar para o exercício indígena da autonomia e expressão de sua identidade e, portanto, ela começa a fazer parte das demandas e dos projetos políticos destes povos. Esta transformação está vinculada às reivindicações indígenas pelo reconhecimento do direito da manutenção de suas formas específicas de viver e de pensar, de suas línguas e culturas, de seus modos próprios de construção e transmissão de conhecimentos, e da garantia do espaço físico e cultural da vivência tradicional, acolhidos na constituição brasileira.

A educação escolar, assim, não pode ser vista como instituição externa ou alheia à especificidade de cada grupo. Ela se apresenta como um complexo de interações e se apresenta como espaço de contato entre mundos distintos, entre formas de saber e conhecer distintos. A análise é realizada a partir do entendimento da identidade como sendo uma construção sociocultural e histórica e por isso mesmo essencialmente política e ideológica e em constante mutação. É imprescindível perceber o dinamismo da construção das identidades e a perspectiva da educação.

A educação escolar indígena tem uma longa história, tão longa quanto é o contato entre índios e europeus. Desde sempre, a alfabetização e a educação escolar tiveram um papel importante nessas



relações. Jesuítas se esmeravam na catequese dos índios, preparando gramáticas da língua do “gentio” e encerrando crianças em seminários, em seu rastro, diversas ordens religiosas católicas, como os salesianos e os capuchinhos, montaram suas escolas para alunos indígenas. O estado laico também atuou, desde o Império, na educação dos índios, e, em dado momento, em parceria com missões evangélicas especializadas na grafia e alfabetização das línguas indígenas. Ainda hoje, missionários evangélicos atuam em grande parte do território nacional em projetos de alfabetização e educação escolar entre índios. Em comum a todos esses projetos, uma intenção de salvação do gentio, salvação de si mesmo, seja em sua alma (e daí a catequese ou a evangelização), seja em seus modos (e daí projetos de civilização).

Portanto, na maior parte dessa longa história, aos índios eram oferecidos serviços educacionais para mudar o que são, e para serem integrados à sociedade que os envolvem. É contra esses projetos integracionistas que o modelo contemporâneo de educação escolar indígena se apresenta. Tendo início com projetos alternativos à política oficial e com os movimentos indígenas na década de 1970, esse novo modelo teve seu reconhecimento legal e jurídico assegurado a partir da Constituição de 1988, e com a legislação específica que a segue, passando a se configurar uma política de estado. Cria-se, assim, o que se convencionou chamar de educação diferenciada.

Esse termo tenta dar conta da particularidade da condição indígena, tendo conquistado sua parte no direito universal à educação escolar, sendo os índios, como todo cidadão brasileiro, passam a ter direito à educação escolar, enquanto, por outro lado, o Estado passa a ter a obrigação de provê-lo, conquistam também o direito de que a escola respeite sua cultura, língua e processos próprios de ensino e aprendizado. Quando trata da autonomia: A ligação entre a inserção do respeito aos modos próprios de ensino e aprendizagem com a formulação de uma pedagogia indígena pode ser encontrada em uma diretriz do Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01).

“Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola” (2001).

A legislação garante os direitos dos povos indígenas, inclusive a uma educação do multiculturalismo e da diversidade cultural na escola, capaz de fortalecer a afirmação étnica e cultural. Considerando que na comunidade indígena Catu, esse contexto não é muito divergente da realidade nacional, podemos descrever que em seu território cultural, a população apresenta uma grande área de abrangência. Segundo Luiz, líder da comunidade, a existência de tal território é importante para manter a identidade do lugar bem como a preservação do espaço sociocultural, principalmente a conscientização da população externa acerca da comunidade existente e os problemas por eles

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

[www.sinafro2018.com.br](http://www.sinafro2018.com.br)



enfrentados. Destacando sempre como é importante que a sociedade conheça a luta do povo indígena do RN pelos seus direitos e contra a invisibilidade sofrida durante séculos de resistência.

No geral, a comunidade Catu é formada por pessoas com costumes parcialmente urbanos e que se identificam como indígenas a partir do conhecimento próprio de seus descendentes com costumes preservados. Seus traços da herança indígena estão por toda parte. O estilo de vida dos moradores, a alimentação e, principalmente, os traços físicos denunciam a hereditariedade indígena. Suas terras foram gradativamente sendo ocupadas, a mata virgem foi substituída por quilômetros de canavial. A comunidade acabou ficando isolada, resistindo no meio do canavial, vivendo espremidos pelas plantações de cana de duas empresas e queixam-se da degradação ambiental que interfere em suas plantações, criações e principalmente na qualidade de vida das pessoas que ali moram, uma vez que estas têm contato direto com estes produtos químicos utilizados nas usinas, e estão expostos a áreas onde estes agrotóxicos são utilizados, podendo chegar a impossibilidade de desenvolverem suas atividades tradicionais de subsistência. Para sobreviver, os indígenas plantam entre as margens do rio e da plantação açucareira, cultivam produtos da terra como batata-doce, mandioca, entre outros.

A relação do Catu com a natureza denota o caráter diferencial de suas raízes étnicas, esses índios aplicam saberes e costumes em seus cotidianos, construindo a diversidade e peculiaridade dessa identidade. Durante visita à comunidade Catu, dentre os principais saberes e costumes é ressaltado como diferencial, a prática educacional, na qual a comunidade resgata o tupi-guarani, considerada a única escola indígena do Rio Grande do Norte que requer saberes específicos e próprios, desenvolvidos no cotidiano e praticadas na comunidade, que descritas expõem a maneira peculiar como eles lidam com a educação e a importante ligação com técnicas ancestrais, na manutenção de suas tradições, como: pintura corporal, produção de arco e flecha como também o ensino da língua Tupi. Foi observado que na escola é utilizada na identificação dos espaços a língua tupi, salas, banheiros, cozinha, tudo está escrito em tupi, para uma melhor apropriação da linguagem por parte dos alunos.

Em suas atividades deve se destacar também a importância da caça, da pesca e da agricultura familiar que foram fundamentais para as manifestações da memória ancestral na comunidade, bem como sua própria subsistência. Para a produção e consumo familiar no Catu, as mulheres contribuem largamente nas atividades produtivas e atuam também na comercialização dos produtos nas feiras locais, encontra-se várias faixas de plantação de hortaliças, frutas e legumes em pequenas unidades de produção familiar. Em seu contato com a natureza, os Catu, nos faz buscar a compreensão da educação ambiental a partir de Paulo Freire, que pretende ser transformadora precisando assumir-se com práticas pedagógicas desveladoras das contradições existentes na sociedade no meio ambiente,

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

[www.sinafro2018.com.br](http://www.sinafro2018.com.br)



nos processos sócio- históricos ambientais, evidenciando-os com vistas a sua superação, de modo que uma educação ambiental possa assumir sua função de emancipar os sentidos humanos para o desvelamento da realidade.

É preciso ler o mundo mais próximo, identificar potencialidades e desafios, compreendê-los e, em uma estreita relação entre escola e vida, livros e mundo, construir coletivamente possibilidades de intervenção. Nesse sentido, qualquer estrutura intencional e agenciada de educação constitui uma entre outras modalidades de articulação de processos de realização de uma cultura, seja ela a de nossos indígenas ou não. São também as várias espécies duradouras ou transitórias de metodologias de ações motivadas, assim como são as práticas instrumentais de algum trabalho destinado a lograr determinados objetivos, que auxiliam na manutenção da cultura.

Na comunidade indígena Catu, é importante frisar, as maneiras existentes em sua preservação cultural e manutenção de suas tradições. Observou-se, para pensar a questão da permanência de sua cultura, são as apropriações feitas em relação ao toré, sendo um ritual sagrado, comum aos povos indígenas. No ritual do toré, os participantes entoam cânticos tradicionais e ancestrais para buscarem integração com as forças da natureza, entendido como uma tradição dos índios do Nordeste que se identificam nesse ritual, articulando em seus discursos e memórias, um grau de parentesco entre eles. Os indígenas do Catu se apropriam e reelaboram segundo suas próprias definições e tradições a prática do toré, tendo realizado apresentações sistemáticas ao longo do período, até os dias de hoje.

Dentro de uma visão antropológica a cultura é uma complexidade de hábitos, de crenças, artes, moral, leis, costumes, ou seja, tudo que é adquirido pelo homem como membro de uma sociedade, e ainda mais que isso, considerando que a prática humana é sempre inventiva, significativa e simbólica. O homem é o único ser capaz de possuir uma cultura, pois ele é capaz de se comunicar e de fabricar instrumentos que o auxiliem, mais ainda, o homem é aquele ser cuja inventividade ultrapassa o limite da natureza, construindo um universo simbólico que ultrapassa o instinto ou qualquer outra predisposição.

As diferenças culturais só podem ser analisadas dentro do seu próprio contexto, a antropologia busca relativizar as diferenças culturais presentes nas sociedades, sem tomar como padrão uma única cultura para comparar outras. O olhar antropológico sobre a educação considera o contexto social e cultural em que a criança, o jovem e o adulto estão inseridos. Os hábitos, os costumes e valores presentes nas famílias, na comunidade a qual pertencem, interferem na sua percepção de mundo e na sua inserção, como também os hábitos, os costumes e valores dos profissionais que atuam junto a eles no ambiente escolar, precisam ser considerados e discutidos.



Compreender que a escola tem se mostrado como um campo conflituoso, onde uma das maiores dificuldades tem sido saber lidar com as culturas existentes no âmbito escolar, relativizar ainda não é algo comum aos educadores, eis aí uma das principais reflexões da antropologia para tentar ajudar a educação a ter uma nova visão sobre as diferenças. No entanto, ainda que sejam reconhecidas pelo órgão oficial, estas comunidades sofrem com diversas violações aos seus direitos básicos e não têm a garantia de efetivação dos seus direitos específicos e buscam somar forças se articulando umas com as outras em busca de reorganizações, reestruturações culturais, sociais e políticas.

Na comunidade Catu, são especificamente os índios do RN que se colocam na tentativa de reconhecimento e seus direitos através de audiências públicas como sujeitos políticos coletivos, requerendo a sua imediata incorporação nos direitos legais que lhes competem pela Constituição Federal. Para isso, baseiam-se na reinterpretação do seu passado de grupos discriminados e se colocam como portadores de projetos de futuros coletivos, cujas principais metas são a recuperação de seus territórios étnicos e a viabilização de suas condições de reprodução social e cultural diferenciadas, da educação escolar indígena e de projetos sustentáveis de produção econômica.

É importante perceber que os índios passaram por processos históricos que ajudaram a delinear a diversidade da identidade brasileira. As diversas pressões externas e internas, dentro do formato político nacional atentaram o Estado brasileiro, para a importância do ensino e da valorização da cultura indígena por meio da lei 11.645/08 o Estado torna obrigatório o ensino e a valorização da cultura indígena. É preciso que se crie mecanismo para pensar o sujeito indígena no Rio Grande do Norte, que sejam incluídos nos livros didáticos e nos projetos políticos pedagógicos, valorizando os processos históricos da emergência étnica e da valorização da diversidade.

O papel da educação indígena é reafirmar as identidades étnicas, valorizando suas línguas e garantindo aos índios e as suas comunidades o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades seja elas indígenas ou não. Através desse contexto, podemos perceber uma preocupação em preservar a identidade e a culturas dessas comunidades. Dessa forma, os índios deixam de ser considerados como uma categoria social em processo de extinção e passam a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com seus costumes, crenças e direitos preservados.

No entanto, a efetivação desse modelo permanece um desafio, por diversas razões. Os índios no Brasil são uma pluralidade de etnias e culturas, que falam cerca de duas centenas de línguas, e os conceitos fundadores da educação diferenciada estão em constante debate, o que faz com que sua aplicação tenha que ser resolvida com suas particularidades. Por mais que desejamos a oferecer aos

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

[www.sinafro2018.com.br](http://www.sinafro2018.com.br)



índios uma educação escolar que lhes seja respeitosa, ela será sempre, para eles, algo que remete a um modelo exógeno de educação. Desde o início das discussões sobre a melhor escola para os índios, os especialistas têm lembrado que se deve diferenciar uma “educação indígena” de uma “educação escolar indígena”. Ou seja, que a educação indígena não se encerra nem jamais se encerrará na escola e nem dentro do seu ambiente escolar.

Há questionamentos que se levantam hoje em dia. Há necessidade construir escolas indígenas e para os índios? Ao contrário dos períodos anteriores, em que o projeto educacional era da Igreja e do Estado, atualmente a escola indígena é, antes de tudo, um projeto dos índios. Não um projeto uniforme e consensual, mas que pode ser valorizado diferentemente por cada etnia e população indígena, tendo em comum apenas a certeza adquirida por eles de que, para melhor viver no Brasil, devem dominar alguns dos conhecimentos que embasam grande parte de nossas relações, especialmente as jurídicas.

Assim, reivindicam sua alfabetização e aprendizado em disciplinas, como parte de um projeto maior de efetivação de sua cidadania, como repetem exaustivamente, precisam aprender a ler documentos, mapas e contabilidades para melhor se situar e defender na sociedade nacional. É necessário aprender nosso modo de contar a história, para melhor debater seu papel nela e na sociedade contemporânea, e é necessário ter uma educação de qualidade, para poder formar seus próprios profissionais, advogados, pedagogos, antropólogos. Assim, munem-se para o embate com a sociedade mais ampla, na busca de conquista de um lugar e de um papel justo no mundo contemporâneo. É, portanto, uma briga pela autonomia, e pela conquista da cidadania plena.

## CONCLUSÃO

Recorremos a esse trabalho pela importância da comunidade indígena Catu, única no Estado do Rio Grande do Norte a manter uma escola indígena. Abordamos os assuntos discutidos em teorias da Antropologia e Educação, que exigem análises empíricas sobre o assunto em estudo. Compreende-se que estudos esperta o olhar antropológico sobre a educação, considerando o contexto social e cultural em que os sujeitos estão inseridos, sobre tudo num momento em que a educação e a própria cultura são usadas como mecanismos de desenvolvimento social e de transformação política da sociedade. Estudos que possuem grande eficácia no processo de ensino-aprendizagem, permitindo, um contato com aspectos mais amplos referentes ao tema abordado, aspectos estes, que não poderiam ser identificados ou compreendidos apenas com leituras. São estudos praticados que favorecem a interação através de uma abordagem de temas antropológicos e educacionais e seu constante dialogo relevantes para a compreensão crítica e reflexiva da realidade de uma determinada sociedade.



O desenvolvimento das atividades em espaços na comunidade indígena, com essas características traz a vantagem de possibilitar a percepção de que fenômenos e processos educacionais estão presentes no ambiente como um todo, possibilitando explorar aspectos relacionados com os impactos provocados pela ação humana no ambiente escolar. O que o artigo nos direciona e indica de positivo é que os Catu, como provavelmente outros povos, têm tamanho interesse em se inserir em um aprendizado escolar que estão dispostos ao diálogo, a criar novas relações e contextos de aprendizado em um processo de criação de uma pedagogia própria. Com isso, abrem-se ao esforço de realizar essa convergência de práticas de ensino e aprendizagem, apoiados nos textos legais. Tudo o que podemos mensurar é o tamanho do desafio, em suas diversas facetas. Aqui, espero que, ao menos, tenhamos avançado um pouco na reflexão sobre esse desafio particular, o de respeitar os modos próprios de ensino e aprendizado dos povos indígenas em suas escolas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tereza Cristine Cruz. **Educação indígena sob a tutela da legislação**: o desafio da afirmação étnica e cultural. In: VASCONCELO, J.G, SOARES, E.L.R, CARNEIRO, Isabel M.S.P. Entre tantos: Diversidade na Pesquisa Educacional. Fortaleza, UFC, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sobre teias e tramas de aprender e ensinar**: anotações a respeito de uma antropologia da educação. Escritos Abreviados – Série Cultura & Educação, 8. 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acessado em 16 de abril de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

COHN, Clarice. **Culturas em transformação**: os índios e a civilização. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.36-42.

COHN, Clarice. **Os processos próprios de ensino e aprendizagem e a escola indígena**. Cadernos de Educação Escolar Indígena. Barra do Bugres: UNEMAT, v. 3, nº 1, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIDDENS, Anthony. **A vida em uma sociedade pós-tradicional**. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Modernização Reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997, p.73-133.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes. **Antropologia e Educação**: origens de um diálogo. Cadernos CEDES, nº 43, p. 8-25, ano XVIII, Campinas, dez/1997.

SILVA, J. A. **Preservação da Cultura Indígena como Prática da Educação Escolar**. 1. ed. Düsseldorf, Alemanha: NEA - Novas Edições Acadêmicas, 2017. v. 12. 46p.